



## O mundo laboral das jovens galegas no contexto da nova crise do capitalismo

Agosto de 2010

**Noela Campanha (Membro da Mesa Nacional de BRIGA)**

Artigo publicado no vozeiro nacional de Nós-UP, Voz Própria, fazendo parte do dossier intitulado "Mulher e crise".

Vivemos imersas numha crise económica mundial de repercussions ainda inimagináveis. Há tam só uns meses poucas pudemos evadir-nos da exaltaçom mediática do 20º aniversário da queda do Muro de Berlim como fito histórico na assunçom do sistema capitalista como bloco económico único; poucos fõrom os minutos para rememorar o 80º Aniversário da Crise bolsista do epicentro capitalista, Wall Street, que em questom de semanas levou a classe trabalhadora a umha total depauperaçom. A "Grande depressom" estendia-se a todos os países ocidentais transformando-se no caldo de cultivo que fortaleceria o auge da ideologia fascista e o recrudescimento da política belicista que daria lugar a II Guerra Mundial. Mas também intensificou enormemente a luta de classes e a organizaçom operária e, o que mais nos interessa no tema a tratar, a definitiva incorporaçom de jeito massivo da mulher proletária ocidental (já nom só jovens e solteiras, mas também adultas e casadas) ao mercado larboral (inclusive em trabalhos especializados) enquanto os homens permaneciam nas diversas frentes, com toda a efervescência da ideologia feminista que isto supujo.

Embora seja o caso galego particular, devido a que quase desde o início da guerra civil o nacional-catolicismo franquista abafou toda ideologia libertadora condenando as mulheres à prisom do lar, a realidade nom deu impedido que, ainda no silêncio, a invisibilizaçom e a repressom, muitas mulheres galegas luitassem pola emancipaçom e na resistência, pois o espectro do feminismo percorria a Europa.

Dado que o mundo laboral das jovens galegas em 2010 é fruto do sistema socioeconómico capitalista, é obrigatório salientar a constante propaganda gerida pola burguesia para deturpar a viabilidade do modelo socialista, ocultar as misérias que o capital provocou ao longo da história sob patrons de conduta semelhantes e apagar os referentes dos sectores oprimidos.

Em geral, quando a mulher ocidental passou a ser considerada como elemento produtivo, fazia-o com umha fatal e insalvável "peculiaridade", a elevada elasticidade da sua mao de obra. Quer dizer, umha maior flexibilidade de contrataçom que no caso do homem e, portanto, susceptível de ser incorporada ou retirada do mercado capitalista, segundo as suas necessidades. Por exemplo, nas épocas de crise de emprego dos países europeus das décadas dos anos 60, intensificada logo nos anos 80, a actividade feminina nom parou de crescer, mas jamais o fijo em igualdade de condiçoms com os homens. Na actualidade, a inserçom da mulher no mercado de trabalho é a mais alta de toda a história, mas à custa de ocupar principalmente os empregos mais precários e vulneráveis. Bem nas épocas de bonança, bem nas de recessom, a concepçom machista do trabalho (inclusive das reivindicaçoms sociais)



será umha constante que provocará que sejamos nós as que ocupemos os piores postos e cobremos os salários mais baixos.

O objectivo é doutrinar em que ainda existindo pontuais necessidades que nos possibilitassem ocupar esferas das que estávamos historicamente excluídas, o cerne da dominação patriarcal segue intacto. Paralelamente temem-se registado numerosas luitas feministas exigindo os direitos negados, mas muitos fôrom e som os obstáculos a contornar. O papel do Banco Mundial e o FMI, as reformas laborais sexistas dos governos burgueses, uns sindicatos reformistas e machistas que deixam num segundo lugar estas reivindicações, os roles de género, o imaginário colectivo de que o trabalho feminino é um plus na economia familiar ou, no caso das jovens, a violência do poder adulto que recai de forma especialmente virulenta sobre nós.

Nas últimas três décadas, as políticas deflacionistas do capitalismo espanhol agredírom-nos de um jeito desmedido. Desde que os franquistas reciclados em democratas e a esquerda reformista assinárom os Pactos da Moncloa, impondo a contenção salarial e a normalização de reformas laborais para dispor de força de trabalho em condições cada vez mais nocivas; ser jovem e mulher convertia-se automaticamente na carne de canhom de um sistema construído de costas a nós. Efectivamente, conseguírom aumentar a taxa de lucro do capital mas garantindo que em períodos de crise as perdas da burguesia fossem socializadas. O desprezo polo investimento público em infra-estrutura social que isso supujo continuou mantendo as mulheres escravas do trabalho reprodutivo, fazendo inviável um contexto que facilitasse rachar com a concepção machista do trabalho ou com a estrutural situação de insegurança, devido a umha liberdade económica em inferioridade de condições e responsável polaa feminização da pobreza.

Nestas chaves, obriga-se-nos a viver às jovens do 2010, mas recrudescidas por um outro factor: A exaltação do consumismo. Esta sibilina maquinaria alienante do capitalismo trabalha duro para impedir a imprescindível e urgente auto-organização feminista que nos permita atingir um futuro livre. Se nos martelam com a ideia de que para triunfar no mundo laboral devemos adaptar-nos ao cânón da jovem executiva agressiva mas doce das revistas com as mil horas necessárias de culto ao corpo, as terapias psicológicas e os ansiolíticos por nom chegar ao impossível arquétipo; quantas horas ficam para se organizar contra a indefensom legal em aumento nos nossos postos de trabalho e a contínua insegurança material e imaterial que padecemos?

Quanto às recentes "medidas anticrise", como o Plano E, diga-se que, ainda sendo feito por esse governo da "igualdade" de ZP, temem "de todo" menos perspectiva de género. Os ingentes investimentos de dinheiro público destinárom-se a sectores económicos marcadamente masculinos, como o automóvel e a construção, à vez, ícone dos sectores menos sustentáveis (novo paradoxo se nos lembrarmos da famosa Lei de Economia Sustentável de ZP). Em concreto, a imensa maioria foi parar ao sector da construção, quer dizer, para a especulação; o número de jovens que poderiam sair beneficiadas nom levanta o número nem das estatísticas.

Mas para nom prejudicar o sua fama de "governo da igualdade", a medida que os sintomas da crise se visibilizava em destruição de emprego e até bem avançado o ano 2009, os meios de comunicação assinalavam insistentemente os homens como os maiores prejudicados, já que ocupavam o trabalho assalariado desses insustentáveis sectores económicos inicialmente mais afectados. Mas a realidade continuava a ser que a taxa de desemprego feminino durante todo 2009 se mantivo em 19,2%, a mais elevada dessa "Europa dos 27". Além de acrescentar as



valorizações dos indicadores que expressam que as empresas optaram ao início por substituir emprego caro pelo mais barato.

Finalmente, o dinheiro público foi investido maioritariamente naqueles sectores. Passados os meses e, como era esperável, o impacto da crise devastou também o sector serviços, têxtil ou conserveiro e o trabalho das milhares de jovens galegas que vivem dele. Galiza findava 2009 (sem contar os territórios irredentos) com 119.352 mulheres desempregadas, 53,56%. Eis, pois, a medida anticrise.

Na Galiza a dureza dos ataques aumenta. A equipa de Feijó está conformada por fervorosos católicos orgulhosos de que a sua primeira medida legislativa parta da iniciativa contra o aborto do Forum Espanhol da Família. Mas, isso sim, sem ter o mais mínimo receio do sistemático assédio laboral contra as trabalhadoras grávidas. Isto reflecte bem o rançoso machismo latente no Governo da Junta, que padeceremos nos próximos anos; onde o verdadeiro papel que devemos cumprir é ser filha, mãe e esposa, o resto... frivolidades.

As repercussões da última crise do capitalismo materializa-se no maior recrudescimento do dessolador mundo laboral para o povo trabalhador galego. Incumprimento sistemático dos convénios laborais. Autorização de numerosos expedientes de regulação de emprego (ERE) pela Conselharia do Trabalho, segundo dados oficiais para a CAG mais de 19.000 trabalhadoras e trabalhadores padeceram as suas consequências, muitas das empresas ameaçando com a deslocalização. Consolidação do escravismo moderno legalizado: O trabalho nas ETT's. Redução dos salários ou as maiores facilidades para efectuar os despedimentos... Vitória após vitória nas reivindicações da burguesia.

Nesta conjuntura, o sector pior parado é o constituído pelas jovens galegas seguidas só pelas mulheres emigrantes.

A realidade laboral para as moças pode-se resumir em discriminação e precariedade. O perfil da mulher trabalhadora galega é o de jovem de entre 18 e 30 anos, com estudos elementares e que desenvolve a sua carreira profissional no sector serviços. Concentram maioritariamente trabalhos como telemarketing, hotelaria, limpeza e na indústria (têxtil e alimentícia) em menor quantidade. Nos quais a tónica costuma ser: Contratos temporais, muitos a tempo parcial, de baixa qualificação, com poucas oportunidades de promoção, pior remunerados e trajetórias laborais descontínuas. Há que matizar que todos os dados reduzem terminologicamente o trabalho a uma acção organizada, especializada e remunerada ficando fora dos cálculos o trabalho reprodutivo embora representem uma percentagem de entre 25% e 30% do PIB galego.

Olhemos mais pelo miúdo vários dos pontos.

**Discriminação laboral.** Contra o preconceito maioritário, a discriminação laboral não só está presente no trabalho em si, como também nas diferentes fases da sua consecução: A descrição do posto, a eleição das pessoas candidatas, o sistema de promoção, as características que se demandam, o canal de difusão da oferta... Esta é a base que garante a divisão sexual do trabalho, um dos postulados essenciais para manter a reprodução do capitalismo e a subordinação das mulheres.

Fora das paredes do centro de trabalho, subsiste na legislação laboral, que não oferta abrigo real contra a discriminação e, inclusive, nas organizações sindicais.



A discriminação neste último aspecto gira à roda de que as jovens temos menos possibilidades de participar no sindicato, devido em parte à grave precariedade que padecemos e por trabalharmos em centros de menor tamanho com poucas opções para a actividade sindical. Todo isto fomenta a percepção do sindicato como um mundo masculino com o forte corporativismo que isso fomenta. No caso das jovens, mais uma vez, o poder adulto transforma-nos em seres biologicamente predestinadas a actuar com falta de madurez ou desconhecer "a verdadeira realidade dos factos", a tutela e o paternalismo som uma constante. Fazer-nos ouvir converte-se portanto aqui também noutra odisséia, tendo que demonstrar umas capacidades muito superiores às dos companheiros para ganharmos o nosso respeito e referencialidade.

**Temporalidade.** Há que destacar uma esclarecedora notícia publicada meses atrás, num jornal de distribuição galega. A notícia afirmava que só na "província da Corunha" as mulheres tiveram, em média, 2,6 contratos ao ano, 90% durava menos de 6 meses. A isto soma-se também os problemas com as ajudas ao desemprego fruto de tanta precariedade, já que na totalidade cotizamos menos entom acumulamos menores direitos contributivos.

Devemos agradecer ao que as políticas neoliberais eufemisticamente chamáram "flexibilização do mercado de laboral", ou seja, a legalização da desprotecção e desregularização do trabalho. Resultado: Despedimento livre, nenhum tipo de penalização por abusar dos contratos temporais, indemnizações raquíticas por cessamento de contrato... Agora, o iluminado Secretário de Estado da Economia, José Manuel Campa, fala do necessário que seria aprovar uma reforma laboral para acabar com a situação da temporalidade no Estado espanhol, talvez depois de conhecer os dados que demonstram que aproximadamente 40% da população activa leva 15 anos trabalhando sob a ditadura da temporalidade. Ainda assim, todo aponta para que os interesses empresariais o farão vir ao rego e finalmente todo ficará na mesma ou pior, pois nestas tarefas, a social-democracia ainda que tente enganar, acaba por vergar-se com lealdade aos que verdadeiramente mandam.

Mesmo o trabalho público se precarizou, os dados desvendam que no Estado espanhol 72% dos contratos públicos (sobretudo na limpeza e subcontratas) realizados a moças menores de 30 anos som temporários.

**Pior remuneração salarial.** Há pelo menos três possíveis casos com que normalmente depararemos: Menor salário que os homens por realizar o mesmo trabalho, igual remuneração quando o nosso trabalho tem mais valor ou a desproporção na valorização dos trabalhos que realizam homens e mulheres.

Com a "brincadeira", anualmente cobramos milhares de euros menos. No caso dos trabalhos de menor qualificação e menores rendimentos, chega-se arredor de 5000 euros de diferença. Se em média as mulheres percebem uns 5.800 euros os homens chegam aos 10.700 euros, praticamente o dobro. Segundo o inquérito de Estrutura Salarial na Galiza, do INE o salário médio total anual masculino estaria arredor dos 19.000 euros e o feminino sobre os 14.000 euros (excluído o funcionariado). É dizer, o 74% do masculino. Só 25% ganharia acima do salário médio galego (17.000 euros).

Explica-se em grande medida por motivo das diferenças salariais por actividade económica existentes. Os ramos com elevada presença feminina, como as industriais da alimentação e do têxtil ou as diversas do sector serviços (neste caso o salário é 36% menor abaixo da média), som as mais prejudicadas.



A discriminação da remuneração das moças é ainda mais grave, já que em geral a juventude conta com os salários mais baixos, os números recolhem que entre os 20 e 29 anos o ganho médio anual para as jovens é de 11.700 euros, mais de 7.000 euros menos que o salário médio masculino.

**Trabalho a tempo parcial.** Umha altíssima percentagem das pessoas assalariadas com jornada parcial som mulheres. Nesta modalidade o capitalismo vende a propaganda da nossa grande oportunidade de sermos livres, suporemos que os baixos salários e os deficitários direitos retributivos é o preço da portagem face o estupendo presídio que está à nossa espera. Graças a ele as jovens poderíamos trabalhar e estudar (ainda que o Processo de Bolonha se tenha encarregado de impediristo), crescer como pessoa, compatibilizar horários com os nossos "deveres"... modernizando a utopia reaccionária segundo o qual a liberdade pessoal e laboral da mulher é compatível com o trabalho reprodutivo.

Apesar de estar muito estendida a ideia de que os cargos familiares decresceram para as "despreocupadas" jovens, a realidade demonstra o fictício desta afirmação. Se algo se incentiva neste período de crise é a revalorização da instituição familiar e o trabalho doméstico pelo capitalismo, agudizado, como se apontava acima, pelo empobrecimento, a dependência económica e a alienação patriarcal. Nom é por acaso que se estejam a ancorar entre a juventude galega as ideias sexistas e patriarcais mais letais. A conjunção de sistema patriarcal-burguês e crise fai que as ideias mais reaccionárias se fagam omnipresentes para garantirem a sobrevivência do sistema, e para isso a instituição da família é indispensável.

Apesar de que todo o anterior é suficiente para demonstrar a lamentável situação laboral das jovens, há que acrescentar um outro factor de fulcral importância: O desemprego juvenil na Galiza é estrutural.

No passado mês de Dezembro alcançou-se a percentagem recorde de 31,4% (a mais alta desde 1998). Enquanto o Estado espanhol chegou aos 43% de desempregad@s entre @s jovens menores de 25 anos, o dobro da média da UE que está em 21%.

Mas como é possível isto sem provocar convulsões que poriam em xeque a economia de mercado? Em termos económicos, um agente importante a salientar é a trabalho submerso, a mais que provável saída para conseguir dinheiro ante umha abafante situação como a actual. Longe da mística da ilegalidade, a economia submersa está estruturalmente inserida no sistema capitalista de produção como umha actividade que joga um papel socioeconómico activo na manutenção e reprodução do próprio sistema. Expande-se ao unísono da crise actual. Umha parte até pode chegar a ser oficial, por exemplo, o aumento das horas extras sem remunerar ou a declaração de lucros menores dos reais pola empresa; mas centremo-nos naquelas actividades que estão fora de todo controlo e que geram rendas apesar de os distintos indicadores oficiais como o PIB, a taxa de emprego... nom os contabilizarem.

Os sectores onde as jovens galegas desempenhamos este tipo de trabalhos som variados e vam principalmente desde o serviço doméstico (cuidado de crianças), sector da hotelaria, sector educativo (explicações) até serviços a empresas, no comercio ou pequenos talheres ou locais. Geralmente tem-se pouca continuidade no trabalho e é freqüente a mudança do sector económico em função das oportunidades ou necessidades. Como se vê, conota nom só precariedade laboral como também marginalidade.



Em torno disto cumpre assinalar brevemente que existe outro subtipo, penado juridicamente de um jeito diferente mas com um idêntico papel que as anteriores, inclusive mais benéfico para o capitalismo e o patriarcado: a prostituição.

As repercussões da forte discriminação que padecemos no mundo laboral provoca que a pobreza relativa das jovens galegas vá em aumento. Se bem podemos satisfazer as necessidades básicas para seguir vivendo, não se nos permite igualmente ser capazes de levar o nível de vida predicado pelo capitalismo e muito menos o da nova sociedade que como revolucionárias queremos construir.

A forte dependência económica a que nos condena a precária situação do mercado laboral aumentada por esta crise económica do capitalismo, fomenta a farsa da pouca potencialidade das nossas reivindicações, transformando-nos aos olhos da sociedade num mal menor.

Não se nos permite independizar-nos e conquistarmos um espaço próprio, não se fiam de nós para alugar um andar e é impensável para uma jovem trabalhadora poder comprá-lo. Não se nos permite ter um ócio alternativo fora do consumismo de fim de semana ideado para triplicar os lucros das empresas que nos escravizam. Não se nos permite ter uma sexualidade livre e deitar ao lixo a opressão familiar, pois o trabalho reprodutivo será uma constante que haverá de satisfazer enquanto existir vida humana no planeta e os governos burgueses não assumirão esta cara responsabilidade e menos se estivermos nós para a fornecer. Pensemos que as remuneradas na esfera doméstica, as empregadas do lar, ficticiamente permitem um certo grau de liberdade de umas poucas. A realidade é que essa "quota de liberdade" se produz, na maioria dos casos e de novo, à custa da opressão de moças e emigrantes mal pagas e sem contrato. Seja como for, cumpre percebermos que a essência do lar patriarcal mais uma vez fica preservado ao substituir-se uma mulher por outra.

O neoliberalismo globalizado junto ao patriarcado oxigena-se só aumentando as desigualdades entre sexos, povos e classes. A burguesia precisa como ar fresco de endurecer as condições de exploração do trabalho e debilitar a classe trabalhadora cortando as liberdades de jeito autoritário. Deste jeito é que se explica que a violência machista toque todas e cada uma das facetas que nos toca viver como jovens, se formos para fora da norma, se nos mantivermos firmes e desobedientes não se vai duvidar o mais mínimo em usar o terrorismo de jeito exemplar.

Quase é seguro que o motivo pelo qual as jovens estamos a ser tratadas como gado no mercado laboral não é mais do que um ensaio da burguesia, reduzindo-nos a instrumento para dismantlar mais ainda as normas de emprego dominante até conseguir uma idêntica precarização para a totalidade da classe trabalhadora. Optimizar assim os ganhos até a utopia de força de trabalho gratuita ou remunerada só para fomentar o consumo e seguir propiciando a acumulação e expansão do capital. Mas ainda que façam todos os cálculos do mundo, o sistema capitalista está destinado a desaparecer. Pode ser provocado por um processo revolucionário que de luz verde a uma sociedade igualitária, justa e sustentável; mudar num modo de produção ainda mais violento ou pode arrastar o planeta com ele, mas o que é seguro é a sua total inviabilidade.

Hoje mais que nunca o feminismo de classe tem que predicar a desobediência social, as jovens galegas precisamos de transformar a base socioeconómica capitalista e patriarcal, destruí-la até que não fiquem nem as cinzas. Não podemos seguir vivendo num mundo que está pensado por e para os homens. Devemos encher-nos



do orgulho de ser classe trabalhadora, de ser mulher e de ser galegas sem esquecer nunca que as nossas maiores conquistas se produzirom na luta sem trégua na rua.